

Engajamento social como princípio para criação de Comitê de Sub-Bacias Hidrográficas e Integração Institucional de Planejamento da Água: as práticas comunitárias sensíveis à água da Serrinha do Paranoá (DF)

Social engagement as principle for creating a Waterway Sub-Basis Committee Project and Institutional Integration of Water Planning: practices of the water-sensitive community of Serrinha do Paranoá (DF)

Compromiso social como principio para la creación de un Comité de Subcuencas Hidráulica e Integración Institucional de la Planificación Hidráulica: historia de las prácticas comunitarias sensible al agua en Serrinha do Paranoá (DF)

*Diogo Isao Santos Sakai, doutorando em Projeto e Planejamento Urbano, PPG-FAU UnB.
E-mail: professordiogosakai@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-9203-8353>*



*Liza Maria Souza de Andrade, doutora em Projeto e Planejamento Urbano, PPG-FAU UnB.
E-mail: lizamsa@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-6624-4628>*

*Natália da Silva Lemos, doutoranda em Projeto e Planejamento Urbano, PPG-FAU UnB.
E-mail: lemos.natalia@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-6839-098X>*

Para citar este artigo: SAKAI, D. I. S.; ANDRADE, L. M. S. de; LEMOS, N. da S. Engajamento social como princípio para criação de Comitê de Sub-bacias Hidrográficas e Integração Institucional de Planejamento da Água: as práticas comunitárias sensíveis à água da Serrinha do Paranoá (DF). *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 262-277, 2023.
DOI 10.5935/cadernospos.v.23n.2p262-277

Submissão: 2023-03-23

Aceite: 2023-05-23

Resumo

Este trabalho propõe apresentar caminhos para estreitar as relações entre a comunidade socialmente engajada e as instituições de planejamento da água. Nesse sentido, entende-se que a participação social não está plenamente inserida no planejamento territorial e hídrico e estes, por sua vez, mantêm essa estrutura departamentalizada, facilitando a implantação de modelos de planejamento urbano e rural descompromissados com as realidades sociais e ambientais. A partir do modelo de planejamento sensível à água e do princípio de comunidades sensíveis à água, depreendemos a necessidade da formação de um capital sociopolítico dentro de uma estrutura de planejamento participativa e institucionalmente integrada com atores conectados ao território com poder de decisão. Fundamentados no conceito de práxis territorial no qual o engajamento social é compreendido enquanto expressão transformadora da territorialidade, reconhecemos as comunidades dos núcleos rurais da Serrinha do Paranoá como um corpo sociopolítico engajado em defesa das águas por meio da descrição analítica do seu histórico de engajamento social em quatro fases. Neste estudo, verificou-se que essa comunidade demonstrou comprometimento por assumir as funções de um comitê de sub-bacia hidrográfica pela sua atuação pautada nas reivindicações socioambientais e políticas.

Palavras-chave: Engajamento; Planejamento; Comunidade; Sensível; Água.

Abstract

This work proposes ways to strengthen relations between the socially engaged community and water planning institutions. In this sense, it is understood that social participation is not fully inserted in territorial and water planning and these, in turn, maintain this departmentalized structure, facilitating the implementation of urban and rural planning models that are not committed to social and environmental realities. Based on the water-sensitive planning model and the principle of water-sensitive



communities, we infer the need to form a socio-political capital within a participatory and institutionally integrated planning structure with actors connected to the territory with decision-making power. Based on the concept of territorial praxis in which social engagement is understood as a transforming expression of territoriality, we recognize the communities in the rural areas of Serrinha do Paranoá as a socio-political body engaged in the defense of waters through the analytical description of their history of social engagement in 4 stages. This study showed that this community demonstrated commitment by assuming the functions of a hydrographic subbasin committee for its performance based on socio-environmental and political claims.

Keywords: Engagement; Planning; Community; Sensible; Water.

Resumen

Este trabajo propone presentar formas de fortalecer la relación entre la comunidad socialmente comprometida y las instituciones de planificación hídrica. En este sentido, se entiende que la participación social no está plenamente inserta en la planificación territorial e hídrica y éstas mantienen esta estructura departamental, facilitando la implementación de modelos de planificación urbana y rural no comprometidos con las realidades sociales y ambientales. Del modelo de planificación sensible al agua y del principio de comunidades sensibles al agua, se deduce la necesidad de la formación de capital sociopolítico en un marco de planificación participativa e institucionalmente integrada con actores vinculados al territorio con poder de decisión. Basándonos en el concepto de praxis territorial en el que el compromiso social se entiende como una expresión transformadora de la territorialidad, reconocemos a las comunidades de los núcleos rurales de la Serrinha do Paranoá-DF como un cuerpo sociopolítico comprometido en la defensa del agua a través de la descripción analítica de su historia de compromiso social en cuatro fases. Este estudio mostró que esta comunidad ha demostrado compromiso para asumir las funciones de un comité de subcuenca a través de sus acciones basadas en reivindicaciones socioambientales y políticas.

Palabras clave: Compromiso; Planificación; Comunidad; Sensible; Agua.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata do engajamento social como princípio integrador institucional capaz de complementar o planejamento da água a partir das mobilizações sociais. No planejamento das águas, as reivindicações sociais no exercício da praxis territorial orientam a defesa e preservação das águas nos territórios, quando do enfrentamento à expansão urbana de modelos predatórios e à departamentalização do planejamento (Saquet, 2017).

As práticas sociais são estimuladas no modelo de planejamento Cidades Sensíveis à Água, o qual incentiva a formação de um capital sociopolítico denominado



Comunidades Sensíveis à Água, por métodos como o “Engajamento Eficaz” que usa abordagens participativas vinculadas a uma estrutura integrada de planejamento de bacias hidrográficas (Dean *et al.*, 2016).

Sendo assim, este estudo tem por objetivo a valorização da participação social nas instituições públicas, sobretudo nos conselhos e comitês de bacias hidrográficas implementados pela Lei n. 9.433, de 1997 (Brasil, 1997).

Com base nas reivindicações sociais, fundamentaram-se os pressupostos de criação dos comitês de sub-bacias, a fim de reconhecer abordagens de engajamento e avançar nas garantias democráticas do planejamento do território.

No Distrito Federal, a atuação de mais de 20 anos das comunidades dos núcleos rurais da região da Serrinha do Paranoá pode ser reconhecida como uma comunidade sensível à água.

As propostas de ocupação da região são constrárias às legislações ambientais, como o Plano de Manejo da APA do Planalto Central (Distrito Federal, 2015) (Figura 1), que classificam a região enquanto Zona de Conservação da Vida Silvestre, Zona de Uso Sustentável e Zona de Proteção de Manancial.

Zoneamento da APA do Planalto Central

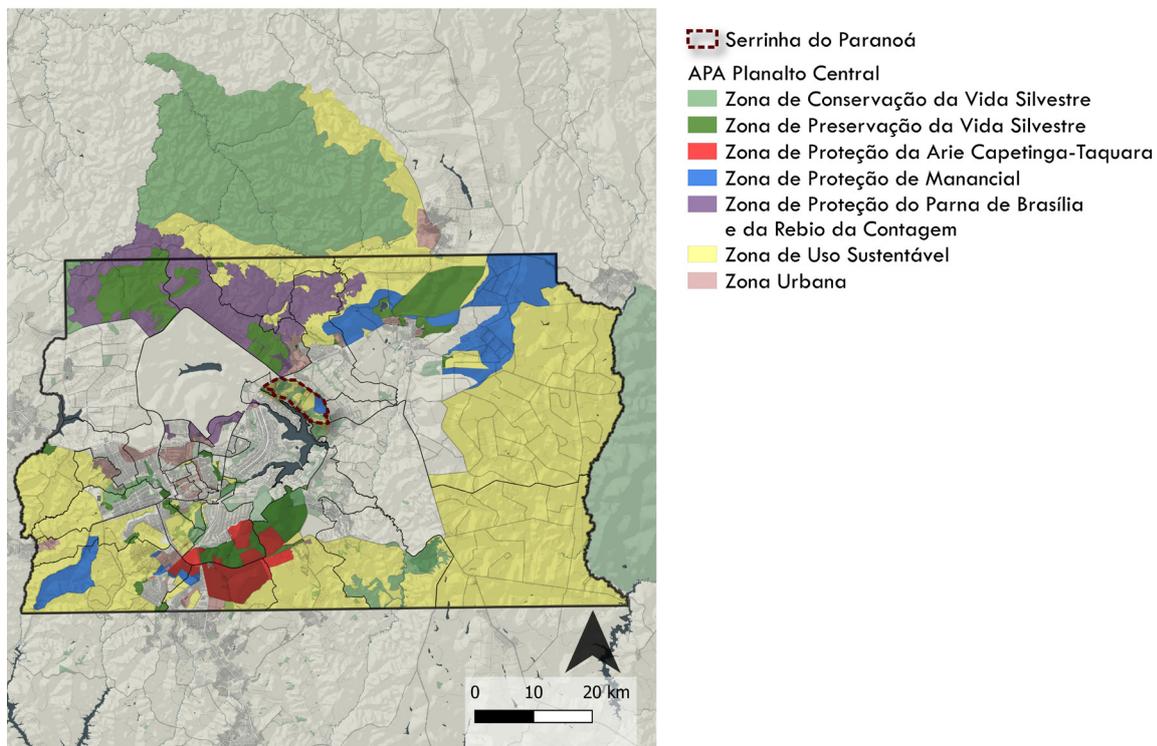


Figura 1: Zoneamento da Serrinha do Paranoá na APA do Planalto Central. Fonte: Produzido por Vinícius Resende.



Nos anos 1990, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) implementou a ocupação da região com o projeto de parcelamento urbano (Figura 2), denominado Setor Habitacional Taquari, Etapa 1 (Trechos 1, 2 e 3) e Etapa 2 (Distrito Federal, 1999), projeto autorizado pelos demais órgãos de planejamento territorial.

Os empreendimentos geram impactos socioambientais, sobretudo pela especulação imobiliária, que propõe explorar a proximidade da área com o Plano Piloto de Brasília em suas qualidades paisagísticas, como ilustrado na Figura 3.

Etapa 1 - Taquari

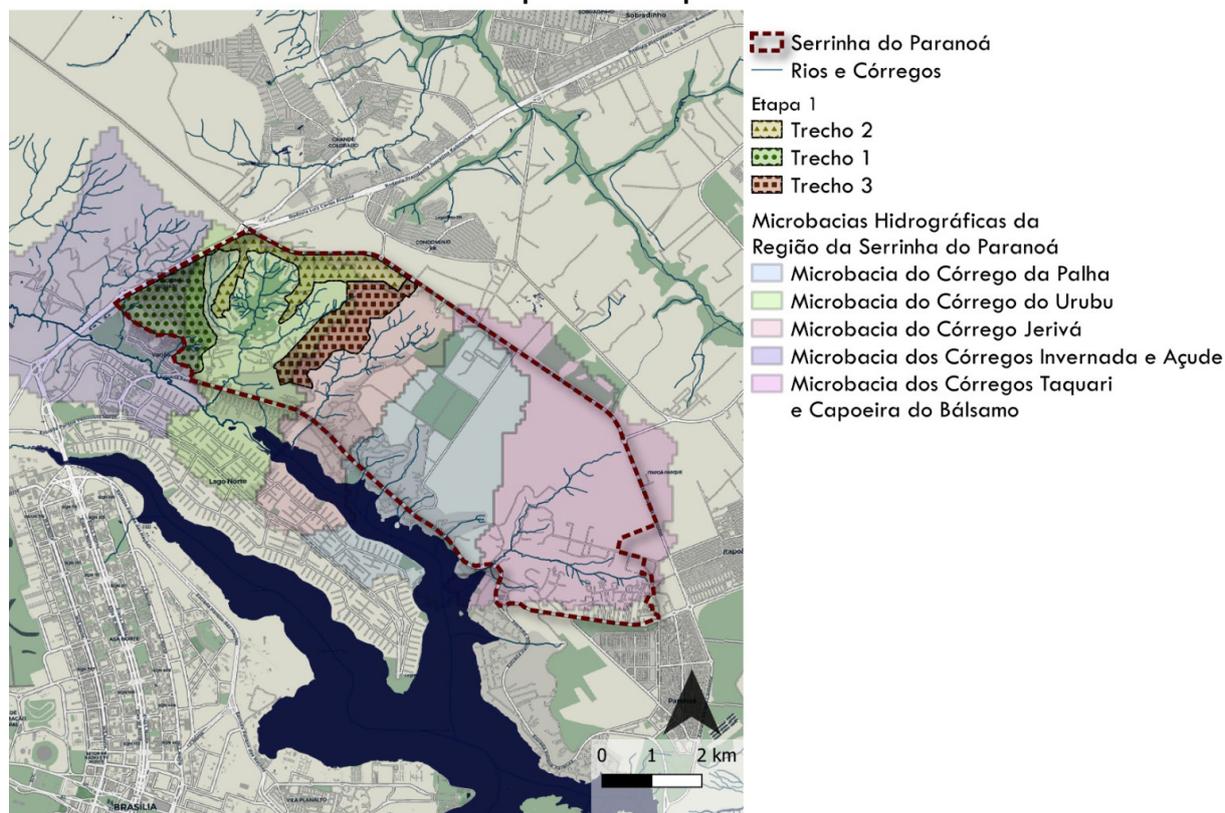


Figura 2: Poligonal do Setor Habitacional Taquari, Etapa I, Trechos I, II e III e microbacias do Lago Paranoá. Fonte: Produzido por Vinícius Resende.

Nessa conjuntura, as comunidades dos núcleos rurais se engajaram em atividades agenciadas entre moradores, grupos, associações, ONGs e universidades, instituições públicas e privadas, para defender e conservar as águas da Serrinha do Paranoá.



Figura 3: Vista do Plano Piloto de Lúcio Costa, visível da Serrinha do Paranoá (DF). Fonte: Produzido por Diogo Sakai.

Engajamento eficaz para motivação de comunidades sensíveis à água

A implementação da participação social no planejamento da água tem avançado pelas experiências organizadas entre sujeitos sociais denominada enquanto princípio *Water Sensitive Community*, ou Comunidades Sensíveis à Água (WSUD, 2013).

Esta propõe a inserção consciente da comunidade no processo de planejamento, o que pode levar seus membros a questionar suas necessidades e desejos para com o sistema e influenciar as estratégias, sobretudo na implementação e monitoramento do Water Sensitive Urban Design (WSUD) ou Desenho Urbano Sensível à Água (Dusa) que deve ser participativo, flexível e adaptativo (Mouritz *et al. apud* WSUD, 2008).

O relatório “Community Engagement in the Water Sector: An Outcome-fused Review of Different Engagement Approaches”, desenvolvido por Dean *et al.* (2016) no Cooperative Research Center of Water Sensitive Cities – CRCWSC ou Centro Cooperativo de Pesquisa para Cidades Sensíveis à Água, sistematiza diferentes abordagens participativas, com tipos de engajamento ético com resultados positivos (Dean *et al.*, 2016).

O documento propõe a implementação de engajamento social pela reorganização institucional com integração dos departamentos, a exemplo do planejamento



australiano, que integra instrumentos estaduais, planos e políticas regionais ou municipais, planos de governos locais e planos diretores (Dean *et al.*, 2016).

Destaca os conselhos locais enquanto órgãos fundamentais na estrutura organizacional para a articulação das ações nas práticas e fiscalização das atividades (Dean *et al.*, 2016). Essa reorganização é fundamental na execução de ações para atender aos objetivos comunitários e pressupõem outras formas de acordos, custos e benefícios diferentes do modelo vigente.

O Comitê de Bacias Hidrográficas para o Engajamento Social em Defesa das Águas

No Brasil, o planejamento da água adota abordagens participativas na Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei n. 9.433, de 1997 (Brasil, 1997), por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas e da adoção da bacia hidrográfica como referencial legislativo e unidade de gestão (Brasil, 1997).

A lei implementa um modelo sistêmico de integração social descentralizado que se estrutura por meio de Conselhos e Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), com representatividade do poder público, dos usuários e das comunidades (Brasil, 1997).

Nos Conselhos de Recursos Hídricos (CRH), a gestão é colegiada, de composição paritária, com decisões tomadas por maioria simples, representados por: Secretarias de Estado em atividades relacionadas ao gerenciamento e uso dos recursos hídricos; proteção do meio ambiente; planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, dos municípios contidos nas bacias hidrográficas e eleitos entre seus pares; universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa; Ministério Público; sociedade civil organizada (Brasil, 1997).

Na sequência, estão os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) de composição tripartite e paritária, compostos por representantes dos órgãos estaduais, da sociedade civil e dos governos municipais (Brasil, 1997).

Para além da PNRH/9433, experiências organizadas por movimentos sociais têm reivindicado a valorização das potencialidades de cada lugar e melhores condições de vida para a população, sobretudo no enfrentamento de processos políticos degradantes (Saquet, 2017).

São diversos os exemplos no Brasil: Chico Mendes (Nakashima, 2006); Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Bahia (Aguilar, 2018); Campanha Nacional “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida” (Campanha Cerrado, 2022); na América Latina, da Assembleia de Esquel, na Argentina; Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Copinh), resistência simbolizada



por Máxima Acuña no Peru, movimentos sociais, sindicais e acadêmicos no Uruguai etc. (Aguilar, 2018).

O Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama 2018), organizado em resposta ao 8º Fórum Mundial da Água (FMA), discutiu a escassez hídrica enquanto recurso e propôs o controle da água para produção industrial e agronegócio (Silva, 2019b). O evento reuniu uma diversidade de organizações e movimentos sociais e populares comprometidos com a formulação de estratégias de luta pela água contrárias ao FMA (Silva, 2019b).

As mobilizações sensíveis à água demonstram que as contradições e os impactados estão ausentes do processo de planejamento (Silva, 2019a). Nesse sentido, é necessária uma práxis planejadora e gestora em que sejam implementadas adaptações singularizantes com conteúdos definidos pelos impactados com a mesma autonomia dos demais envolvidos (Souza, 2002).

Os analistas devem ser acessíveis às demandas dos indivíduos e grupos (parâmetros particulares) quando da avaliação de uma situação ou do desenho de uma intervenção concreta (Souza, 2002).

Esta pesquisa correlaciona a atuação dos núcleos rurais da região da Serrinha do Paranoá e o planejamento sensível à água por meio da participação social agenciada nos órgãos locais, como o CBH Paranaíba DF, o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Lago Norte e, em alguns períodos, a Administração Distrital do Lago Norte (Andrade, 2014).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa orientou-se na metodologia da pesquisa-ação participativa (Dione, 2007), enquanto ação coletiva inserida em um processo de mudança social de uma situação concreta com dois objetivos concomitantes: modificar uma situação e adquirir novos conhecimentos. Pretende-se, assim, fortalecer o relacionamento entre teoria e prática e gerar novos conhecimentos e maior alcance sociopolítico.

A partir de um esquema de processo dinâmico ou ciclo em quatro fases (Dione, 2007), sistematizou-se uma proposta de análise de intervenção coletiva planejada em quatro etapas envolvendo operações e atividades, como pode ser observado na Figura 4 (Fase I Identificação; Fase II Projetação; Fase III Realização; Fase IV Avaliação).



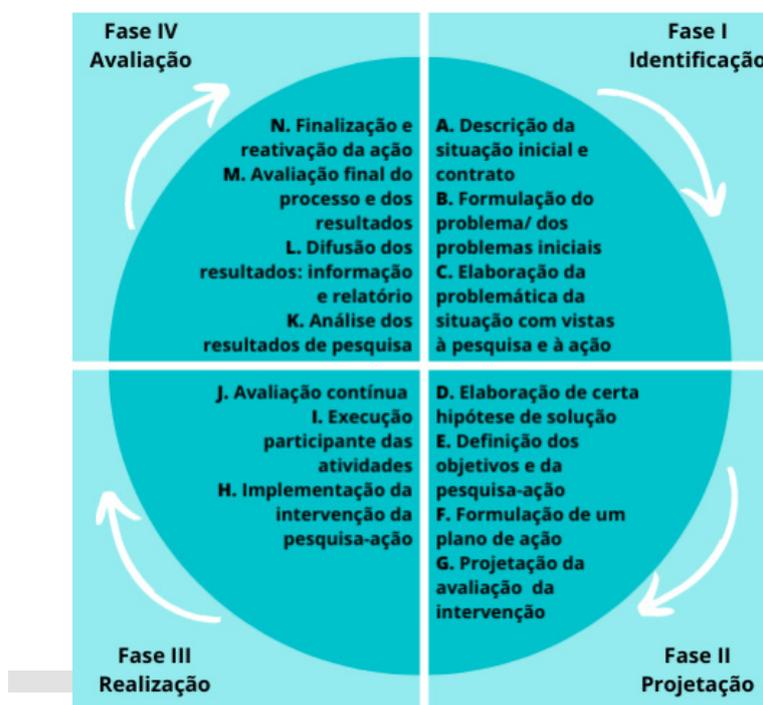


Figura 4: Diagrama do processo dinâmico ou ciclo de uma intervenção planejada com a síntese das quatro fases. Fonte: Diogo Sakai, adaptado de Dione (2007, p. 37-60).

Esta orientação metodológica é desenvolvida nos estudos do grupo Água e Ambiente, construído desde 2015 em pesquisas de graduação, iniciação científica e nas orientações coordenadas pela prof.^a dr.^a Liza Maria Souza de Andrade no Projeto de Pesquisa Brasília Sensível à Água. Nos últimos dez anos, o grupo investigou a Serrinha do Paranoá no âmbito deste último projeto.

Esta pesquisa orientou-se pela coleta de 17 relatos com pessoas atuantes na organização de atividades em defesa das águas na Serrinha do Paranoá desde os anos 1990. Os relatos gravados foram direcionados a partir das provocações: Como se estabeleceu na Serrinha? e Como se envolveu na mobilização social?

Dos relatos, concluiu-se que as atividades foram organizadas a partir de demandas pessoais (regularização fundiária e preservação ambiental), transformando-se em demanda comunitária (preservação das águas), a qual se tornou o objetivo principal do movimento.

Os relatos apresentaram experiências de engajamento em períodos diferentes para o desenvolvimento de atividades. Com isso, a pesquisa sistematizou uma linha do tempo com o histórico de abordagens de engajamento social em defesa das águas da Serrinha do Paranoá. No histórico, o objetivo do engajamento manteve-se, mas as abordagens transformam-se em resposta ao comportamento dos departamentos de planejamento territorial.



Propôs-se, então, uma descrição analítica das ações de engajamento social em quatro fases históricas: 1ª fase (1999-2007); 2ª fase (2007-2013); 3ª fase (2013-2020) e 4ª fase (2020-2022), nas quais o engajamento social ocorreu mediante o planejamento territorial vigente, que ora se organiza no enfrentamento da expansão urbana em curso, ora na atuação participativa de preservação das águas. Essa análise ocorreu em paralelo ao desenvolvimento da pesquisa de doutorado de Diogo Isao Santos Sakai.

RESULTADOS E ANÁLISES

Historicamente, a Serrinha do Paranoá foi ocupada por chacareiros e assentamentos informais, em nove núcleos rurais delimitados por córregos, dos quais seis são internos à poligonal do Setor Habitacional Taquari (SHTQ) (PDOT/1997), conforme a Figura 5: NR Olhos d'Água, NR Urubu, NR Jerivá, NR Palha, NR Taquari, NR Capoeira do Bálamo, NR Torto.

Núcleos Rurais da Região da Serrinha do Paranoá

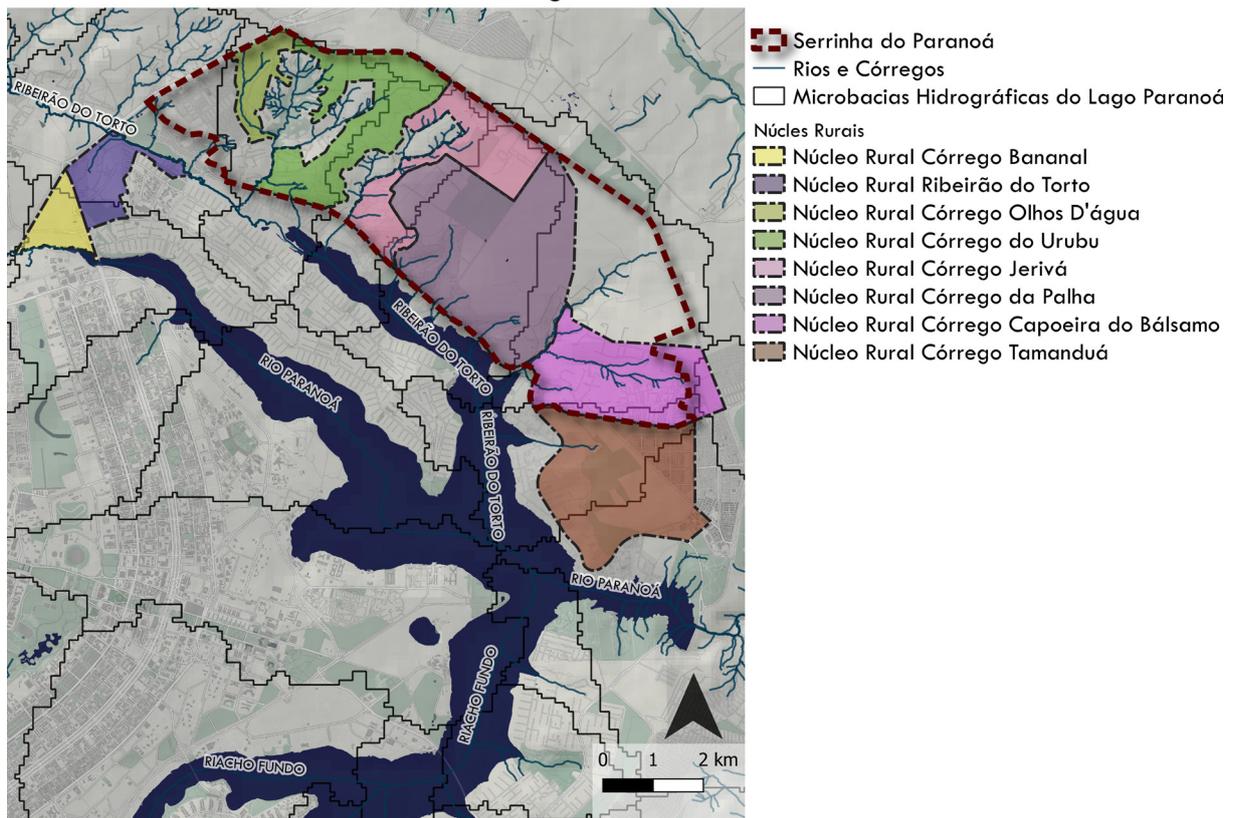


Figura 5: Núcleos rurais historicamente estabelecidos na região da Serrinha do Paranoá. Fonte: Produzido por Vinícius Resende.

O histórico das abordagens de engajamento social, sistematizado em quatro fases, demarca os diferentes períodos das formas de atuação relacionadas às estratégias de expansão urbana e preservação das águas.



Na primeira fase (1998-2006), oficializou-se a ocupação da região por meio do documento Brasília Revisitada (Distrito Federal, 1987) e, posteriormente, pelo projeto SHTQ Trecho 01, Etapa 01 (Distrito Federal, 1999) e implantação de empreendimentos comerciais que geraram impactos nocivos às águas, como postos de combustível (Quadros, 1999).

O engajamento mobilizou eventos culturais no movimento *Salve o Visual da Nossa Capital*, organizado pela Federação das ONGs Ambientistas do DF e denúncias contra licenças ambientais de implantação de serviços. Também pela atuação de organizações como a Associação dos Chacareiros do Núcleo Rural do Córrego Urubu (Anru) para regularização fundiária.

Na segunda fase (2007-2013), houve mobilização contra os avanços de ocupação e amenização dos impactos gerados pela instalação do condomínio SHTQ Etapa I Trecho I, que provocou assoreamento nos cursos d'água perceptível nos córregos Olhos D'Água, Palha e Urubu.

Consolidaram-se os grupos: Movimento Permanente de Preservação da Microbacia do Urubu; Instituto Oca do Sol e Instituto Sálvia (Andrade, 2014). Estes desenvolveram atividades com apoio de atores externos de órgãos públicos e privados, e da Universidade de Brasília, por meio de projetos de pesquisa da prof.^a dr.^a Liza Maria Souza de Andrade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Na terceira fase (2013-2020), o engajamento ocorreu contra a solicitação aos órgãos ambientais do licenciamento para supressão de vegetação LS 58/2014 do projeto SHTQ Etapa I Trecho II. A comunidade, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), realiza a audiência pública “Escassez Hídrica no DF” (Distrito Federal, 2017a) e o seminário “O Lago Paranoá e a Crise Hídrica: Desafios do Planejamento Urbano para Brasília” (Distrito Federal, 2017b).

Esses eventos resultaram na suspensão do LS 58/2014 na elaboração, pelo MPDFT, do documento “A Expansão Urbana no Distrito Federal e o Desafio da Preservação das Águas da Serrinha do Paranoá em um Contexto de Escassez Hídrica” (Distrito Federal, 2018a). A decisão do MPDFT exigiu que o Ibram (Brasília Ambiental), órgão responsável pelo licenciamento ambiental, observasse as recomendações dos demais órgãos (Distrito Federal, 2017c) e dos estudos produzidos por grupos de trabalho na comunidade.

O engajamento é organizado em defesa das sub-bacias hidrográficas da Serrinha do Paranoá, unindo todos os núcleos rurais da região por meio de eventos com base nos resultados obtidos pela comunidade e pela universidade apresentados no CBH Paranaíba DF.

Representam o período o Projeto Águas, no programa Guardiões das Nascentes, com a tecnologia social Metodologia de Mapeamento Comunitário de Nascentes



em Ambientes Periurbanos (MCNPU), que mapeou 97 nascentes fora dos mapas oficiais (Uldry *et al.*, 2022).

Também o projeto de pesquisa Brasília Sensível à Água, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, complementa as atividades com estudos e análises técnicas no âmbito da graduação e da pós-graduação, bem como nas decisões do MPDFT.

Na quarta fase (2020-2022), o engajamento combateu a continuidade da ocupação da Serrinha do Paranoá apesar das conquistas, como a criação da Unidade de Conservação Monumentos Naturais (Mona) pelo Ibram nas encostas dos córregos Urubu e Jerivá, nas áreas de conservação dos mananciais e do Parque Distrital Pedra dos Amigos, reivindicado pela comunidade.

Nas áreas previstas como Mona, também estão sobrepostas Áreas de Regularização de Interesse Específico (Arines), definidas no PDOT/1997. A normatização do Mona abre precedente quanto à incompatibilidade entre a ocupação e o tipo de uso das chácaras, o que poderia ocasionar o impedimento da regularização (Lei n. 9.985/2000, SNUC) (Brasil, 2000).

O engajamento caracterizou-se pelo fortalecimento da mobilização política, sobretudo com a criação da Associação Rede de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá – Preserva Serrinha (Preserva Serrinha, 2022a), que reuniu 60 entidades.

O período é marcado por abordagens de mobilização em eventos culturais e audiências públicas: BioBlitz (Oca do Sol, 2022a); Eixão do Lazer (Oca do Sol, 2022b); Sessão Solene em Homenagem à Comunidade da Serrinha do Paranoá (Brasil, 2022a); Comissão Legislativa Participativa: Preservação da Serrinha do Paranoá e pelo Futuro de Brasília (Brasil, 2022b); II Ato Político pela Preservação das Águas e pelo Futuro do Distrito Federal (Preserva Serrinha, 2022b); Comissão Geral de Defesa e Preservação da Serrinha do Paranoá (Distrito Federal, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comprometimento, a articulação inter e intrainstitucional dos atores sociais conectados ao território da Serrinha do Paranoá representam o potencial social capaz de contribuir com o planejamento da água, sobretudo com a proposição de soluções em nível institucional.

Estas são, em teoria, as funções desenvolvidas por um comitê de bacias hidrográficas em um raio de atuação do local, nas escalas das microbacias hidrográficas de planejamento territorial, de fundamental importância para o abastecimento da capital.



São restritos os estudos que buscam relacionar as práticas existentes e seus resultados, especialmente no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas. São mais escassos ainda estudos que tenham foco na análise das contribuições e desafios que o engajamento social tem enfrentado no planejamento territorial para a gestão da água.

As iniciativas de engajamento social, com diferentes formas de agenciamento, demonstram a articulação de uma rede de atores, sobretudo da sociedade civil organizada, mobilizada e com ampla abertura às abordagens participativas.

Essas experiências buscaram garantir acesso e poder deliberativo no processo de gestão e no planejamento da Serrinha, com estratégias que podem promover a aproximação das decisões e soluções dos problemas locais e a proteção e preservação de toda a bacia hidrográfica.

Na descrição analítica das quatro fases do histórico do engajamento social é predominante a mobilização política, que representa expressões da territorialidade de uma comunidade cujo capital sociopolítico exige decisões mais sensíveis à água do planejamento territorial.

Essa mobilização histórica difere da experiência australiana, quando as decisões têm sido pautadas, em sua maioria, na exploração imobiliária da região, dentro de uma estrutura que não é plenamente acessível à participação social e que negligencia as reivindicações da comunidade e as instâncias locais da administração pública.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, M. *América está gritando: a luta pela água na América Latina*. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Brasil, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/05/america-esta-gritando-a-luta-pela-agua-na-america-latina/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ANDRADE, L. M.; CONSERVA, C. S.; LEMOS, N. S.; PRATES S. C.; NOBREGA, G. D. *P. Gestão compartilhada para cidades sensíveis à água: o agenciamento de atores para o fortalecimento do Lago Paranoá e o enfrentamento da crise hídrica em Brasília*. Brasília: Pluris, 2018.

ANDRADE, L. M. S. *Conexões dos padres espaciais dos ecossistemas urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem*. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

BRASIL. *Comissão de legislação participativa: ameaça à preservação da Serrinha do Paranoá*. Brasília: Câmara dos Deputados, 29 ago. 2022a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/66359>. Acesso em: 22 out. 2022.



BRASIL. *Plenário*: homenagem à Associação Rede de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá. Brasília: Câmara dos Deputados, 8 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TGIdKmG9kIA>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, p. 470, 18 jul. 2000.

BRASIL. Lei Federal n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 470, 9 jan. 1997.

CAMPANHA CERRADO. Brasil. Campanha Sem Cerrado Sem Água. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

DEAN, A. J.; FIELDING, K. S.; ROSS, H.; NEWTON, F. *Community engagement in the water sector: an outcome-focused review of different engagement approaches*. Melbourne: Cooperative Research Centre for Water Sensitive Cities, 2016.

DIONE, H. *Pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

DISTRITO FEDERAL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de manejo da área de proteção ambiental do Planalto Central*. Brasília: APA do Planalto Central, 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomasbrasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2059-apa-do-planalto-central>. Acesso em: 28 out. 2022.

DISTRITO FEDERAL. *Entidades defendem preservação do território da Serrinha do Paranoá*. Brasília: Câmara Legislativa, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/entidades-defendem-a-preservacao-do-territorio-da-serrinha-do-paranoa>. Acesso em: 28 out. 2022.

DISTRITO FEDERAL. *Audiência pública trata da escassez hídrica no DF*. Brasília: MPDFT, 2017a. Disponível em: <http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacaomenu/noticias/noticias-2016/noticias-2016-lista/8600-audiencia-publica-trata-daescassez-hidrica-no-df>. Acesso em: 28 out. 2022.



DISTRITO FEDERAL. Seminário “O Lago Paranoá e a crise hídrica: desafios do planejamento urbano para Brasília”. Brasília: MPDFT, 2017b. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/promotorias-de-justica-menulateral/49-prodema/501-diversos/9488-seminario-o-lago-paranoa-e-a-crise-hidrica-desafios-do-planejamento-urbano-para-brasilia-30-8-2017>. Acesso em: 28 maio 2023.

DISTRITO FEDERAL. *Termo de Recomendação 09/2017*. Brasília: MPDFT, 2017c. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/mpdft-acao/recomendacoes-menu/1457-promotoria-de-defesa-do-meio-ambiente-e-do-patrimonio-cultural-prodema>. Acesso em: 28 out. 2022.

DISTRITO FEDERAL. A expansão urbana no Distrito Federal e o desafio da preservação das águas da Serrinha do Paranoá em um contexto de escassez hídrica. Brasília: MPDFT, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap. Memorial Descritivo MDE – 111/1999, Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII Setor Habitacional Taquari – SHTQ Trecho 2. Brasília: Engevix Engenharia, 1999.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. *Diário Oficial do Distrito Federal*, seção Suplemento 2, p. 1, Brasília, DF, 23 out. 1987.

MOURISTZ, M.; EVANGELISTI, M.; MCALISTER, T. Water sensitive urban design. *In: WONG, T. Australian runoff quality: a guide to water sensitive urban design*. New South Wales: Engineers Media, 2006. Chapter 4.

NAKASHIMA, M. *Chico Mendes por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

OCA DO SOL. Inventário da biodiversidade: um mapa da vida na Serrinha. Brasília, 26 abr. 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cc0zoqdpYgP/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

OCA DO SOL. Comunidade da Serrinha do Paranoá marcando presença no Eixão do Lazer. Brasília, 1º maio 2022b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdCgTlxM54Y/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

PRESERVA SERRINHA. Associação Rede de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá. *Estatuto*. Brasília, 2 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.preservaserrinha.com.br/estatuto/>. Acesso em: 28 abr. 2022.



PRESERVA SERRINHA. II Ato Político pela Preservação das Águas e pelo Futuro do Distrito Federal. Brasília, 4 set. 2022b. Disponível em: <https://www.preservaserrinha.com.br/setembro/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

QUADROS, M. ONG acusa grupo Playtime de acabar com água do Colorado. Obras do motel e posto de gasolina estariam causando o problema. Empresário se defende e culpa a estiagem prolongada. *Jornal de Brasília, Nossa Cidade*, p. 3-B, 22 set. 1999.

SAQUET, M. A. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SILVA, J. M. P. *Desenho como questionamento: distintas dimensões de planos e projetos urbanos*. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, São Paulo: PUC-Campinas, 2019a.

SILVA, E. A. Água de todos e de ninguém. In: RODRIGUES, A. *Gestão hídrica: governança dos bens comuns*. Prefácio. São Paulo: Editora Origem, 2019b.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ULDRY, M. C. F. V. *et al. Cartilha Guardiões das Nascentes: metodologia de mapeamento comunitário do Projeto Águas da Serrinha do Paranoá*. 2. ed. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AUPCEywaD3VqhNpTOy2RqDhxVxydhmWl/view>. Acesso em: 20 fev. 2022.

WATER-SENSITIVE URBAN DESIGN (WSUD). *City of Melbourne WSUD Guidelines: applying the Model WSUD Guidelines*. An Initiative of the Inner Melbourne Action Plan. Melbourne: WSUD, 2008.

WATER-SENSITIVE URBAN DESIGN (WSUD). Wong T.H.F., Allen R., Brown R.R., Deletić A., Gangadharan L., Gernjak W., Jakob C., Johnstone P., Reeder M., Tapper N., Vietz, G. and Walsh C.J. *Blueprint2013 – Stormwater Management in a Water Sensitive City*. Melbourne, Australia: Cooperative Research Centre for Water Sensitive Cities, 2013.

